

Freire quer nova mesa para revisão

O líder do Governo na Câmara, deputado Roberto Freire (PPS-PE), declarou-se "estarrecido" com o surgimento dos três cheques do líder do PMDB, Genivaldo Corrêa, na conta do ex-presidente da Câmara Ibsen Pinheiro. Freire defende que Ibsen deve — por sua própria iniciativa — se afastar imediatamente da relatoria do regimento interno da assembleia revisora par evitar "novos atropelos". Para Freire, a situação da cúpula do PMDB é gravíssima: "Estão aparecendo muitos indícios de que houve um conluio para fraudar o Orçamento".

O líder do Governo anunciou que, a partir de hoje, vai trabalhar pela aprovação do projeto do deputado Augusto Carvalho (PPS-D) para a eleição de uma nova mesa diretora do Congresso Revisor. Freire insistirá em sua antiga proposta, feita ao início dos

trabalhos da CPI do Orçamento: "Todos os envolvidos devem se afastar imediatamente dos cargos e funções que exercem, inclusive o presidente do Congresso, Humberto Lucena".

Para evitar o surgimento de um movimento irresponsável, pregando a idéia da ilegitimidade do Congresso para realizar à revisão constitucional, Roberto Freire anunciou que já levou ao presidente Itamar Franco uma nova proposta para conciliar as mudanças da Carta de 1988 com as investigações da CPI do Orçamento. Freire sugeriu a realização de um "novo acordo entre os partidos para salvar a revisão".

O acordo consistiria em adiar as votações de mérito da Revisão para depois do encerramento dos trabalhos da CPI, a a partir de dezembro, ou até mesmo janeiro do ano que vem, e limitar as atividades do Congresso Revisor

apenas a "atos adjetivos e de procedimento", até a apuração completa do envolvimento dos parlamentares nas fraudes do Orçamento.

O líder também vai estudar a possibilidade de convocação extraordinária do Congresso nas férias de fim de ano, para votar o novo Orçamento de 1994, o relatório final da CPI e iniciar os trabalhos de fato da revisão constitucional. O líder informou que até o governo Itamar está simpático à idéia de deixar os trabalhos da revisão para depois da conclusão da CPI "para evitar suspeição de parlamentares". Amanhã, Roberto Freire vai solicitar ao ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, que peça urgência para a votação do projeto que taxa as grandes fortunas, como forma de aumentar a arrecadação.